

## UM “MONARQUISTA DA GEMA” NO GOVERNO FLORIANO PEIXOTO: Francisco Correa Vasques, a imprensa e o teatro nos anos iniciais da república

Silvia Cristina Martins de Souza<sup>1</sup> - UEL

No dia 30 de abril de 1892, os leitores da **Cidade do Rio**, jornal de propriedade de José do Patrocínio, depararam-se com uma carta, escrita nos seguintes termos:

AO CIDADÃO FLORIANO PEIXOTO NO DIA DE SEU ANIVERSÁRIO

Escolhendo o dia de hoje para escrever-lhe, tenho uma única vantagem – a certeza de sua desculpa para o meu atrevimento.

V, Exa. Nem sabe quem eu sou e eu não quero que fique nessa ignorância. Vou apresentar-me (...)

Chamo-me Francisco Correa Vasques; tenho 53 anos de idade; sou viúvo e moro à Rua Evaristo da Veiga número 31. Não tenho política.

Sou monarquista da gema, porém não conspiro contra as instituições nem contra o governo.

Nunca votei; nem hoje, nem no tempo do Império (...) Sou ator desde 1856 (...) tenho escrito alguns trabalhos para o teatro e já fui folhetinista da Gazeta da Tarde.

Fiz conferências sobre a escravidão e em quase todas as matinéas que se realizaram nessa época eu recitei versos de pé quebrado, porém de minha lavra (...) Estou apresentado. [grifos no original]<sup>2</sup>

Naquele ano de 1892, Francisco Correa Vasques completava 36 anos de carreira artística na qual especializou-se como ator cômico e como dramaturgo que produziu cerca de 65 peças num gênero dramático – as cenas cômicas. Sua intervenção política e social em assuntos do seu tempo não ficou, porém, restrita ao tablado, uma vez que atuou ao lado de José do Patrocínio, na campanha abolicionista, e como folhetinista na **Gazeta da Tarde**.<sup>3</sup> Sendo estes espaços de bastante visibilidade, torna-se surpreendente que Vasques tenha procurado apresentar-se a Floriano Peixoto, assim como é difícil imaginar que tal atitude não tivesse sido interpretada por alguns como uma ironia de sua parte. Tanto era perceptível a presença deste tom irônico na carta que o próprio Vasques a ele se remeteu na sua segunda carta publicada no dia 7 de maio. Nela, Vasques diria que “uma das folhas mais respeitáveis da Capital” censurou-o por ter tratado num tom irônico e de pilhéria “coisas tão sérias”. Contudo, prosseguia o autor da carta,

Eu preferi falar [ ao presidente] graciosamente, com meiguice e na altura a que a sua educação e o seu caráter têm o direito de exigir de todo o cidadão. Seria este caminho errado? Não creio, e V. Exa, se leu a minha carta, concordará decerto comigo.

Dessa opinião é o público, que esgotou a edição da Cidade do Rio da tarde de 30 de abril e a do Jornal do Brasil de 1 de maio. Modéstia à parte, eu não esperava tanto.

Porém, qual seria o motivo de semelhante procura? O meu nome? Pouco vale. O mérito literário da carta?.<sup>4</sup> [ grifos no original]

Foi, portanto, respaldado numa popularidade anteriormente conquistada que Vasques procurou “encenar” um diálogo com seus leitores e, a julgar pela repercussão que teve a publicação de sua primeira carta, esgotando a edição de dois jornais, ele atingiu seu objetivo.

Mas como aqueles eram tempos de pouco riso e muito siso, não surpreende que Vasques tenha escolhido justamente o dia do aniversário do destinatário para endereçar a carta. Ao contrário, o missivista parecia contar com este fato para que o presidente não interpretasse sua atitude como ousadia, particularmente porque era como um “monarquista da gema” que se pronunciava, muito embora afirmasse “não ter política”. Tais cuidados tinham justificativa, e se ignoramos a presença histórica dos monarquistas naquele contexto somos levados a obscurecer e limitar a compreensão dos embates que então se travavam.<sup>5</sup> Desde a saída da família real do Brasil não faltaram manifestações de monarquistas fiéis, que confiaram na possibilidade de se rearticularem, embora não tenham atingido seu objetivo. Embora frágil, as maquinações monarquistas existiram, e é sabido que Deodoro e Floriano insistiram em justificar o fechamento do regime pelo perigo da suposta ameaça restauradora. Levando-se em conta todos estes elementos, tornam-se inteligíveis os cuidados tomados por Vasques ao dirigir-se ao presidente.

Por fim, deve-se salientar que a carta trazia, já nos seus primeiros parágrafos, uma ácida crítica ao regime instaurado em 1889, ao apontar que os vitoriosos da república pouco fizeram em termos de expansão dos direitos de cidadania, embora as propagandas republicanas tivessem feito promessas de democratização. Tanto isto não ocorrera que ele, Vasques, nunca votara, nem no império, nem na república.<sup>6</sup>

Estas duas cartas assinadas pelo Vasques, enfim, nos dão conta de um momento conhecido na história brasileira como conflituoso e de explícita perseguição à imprensa. Tais tensões tiveram início em novembro de 1891, quando Deodoro fechou o Congresso

e, posteriormente, renunciou à presidência, em função de pressões que sofrera por parte de um grupo de oficiais chefiados pelo contra-almirante Custódio de Mello, que liderara um levante da Armada e ameaçara bombardear a sede do governo federal, caso o presidente não renunciasse.<sup>7</sup> Como sucessor de Deodoro assumiu Floriano Peixoto, que se cercou de certos cuidados ao ocupar o cargo, nomeando o mesmo Custódio de Mello para o Ministério da Marinha, e interventores para os governos dos estados, forçando os governadores que apoiaram Deodoro no golpe de novembro do ano anterior a renunciarem. Dentre os governadores afastados estava o do Rio de Janeiro - Francisco Portela -, que empregara alguns literatos e jornalistas no funcionalismo público, a saber, Coelho Neto para a secretaria do governo do Estado. Olavo Bilac como oficial maior da secretaria do Interior; Aluísio de Azevedo como oficial da Fazenda e Pardal Mallet como arquivista, além de ter patrocinado a candidatura deste último a deputado. Baltazar da Silveira, o interventor indicado para o estado, cuidou de demitir os nomes indicados por Portela logo que assumiu, sob alegação de que aqueles indivíduos teriam enriquecido ilicitamente durante o período em que exerceram seus cargos públicos.

Tal demissão acabou tendo grande repercussão nos meios jornalísticos, e logo emergiram reações a ela. Lopes Trovão, Pardal Mallet e Olavo Bilac fundaram o jornal **O Combate**, e transformaram suas páginas numa trincheira permanente contra o governo, bem como em espaço de defesa das acusações das quais seus amigos tinham sido vítimas. A contra-ofensiva por parte do governo federal não tardou a se fazer sentir. Em abril, o jornal **O Combate** teve suas atividades encerradas, ao mesmo tempo em que Bilac, Mallet e Patrocínio foram presos e indiciados, e os dois últimos mandados em desterro para Cucuí, na Amazônia. O motivo alegado para tal reação foi o fato de **O Combate** ter sido o primeiro jornal a lançar a tese, defendida por Rui Barbosa, de que o governo florianista era inconstitucional e ilegítimo. Segundo Rui Barbosa, havia necessidade de proceder-se a nova eleição presidencial, uma vez que “a vacância se

abriu no primeiro biênio do período presidencial”, e o parágrafo 2 do artigo 1 da Constituição da República determinava que “o Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial”. Ou seja, na interpretação proposta por Rui Barbosa, tal dispositivo não amparava as pretensões de Floriano de permanecer na presidência.<sup>8</sup>

O artigo publicado pelo jornal incentivou treze generais de terra e de mar a assinarem um manifesto no qual exortavam o presidente a cumprir a Constituição convocando novas eleições, o que os levou a serem afastados de seus postos. Três dias após este incidente teve lugar uma manifestação pública de militares, congressistas e jornalistas, que reclamaram pela volta de Deodoro à presidência. Como resposta a tais investidas, Floriano decretou estado de sítio, suprimiu as garantias constitucionais e mandou efetuar várias prisões, dentre elas as dos jornalistas anteriormente mencionados.

Foi neste contexto que Vasques publicou suas duas cartas, nas quais advogava a favor de Mallet e Patrocínio, à época conhecidos como os “degredados de Cucuí”. A situação em que ambos se encontravam sensibilizou-o sobretudo por ser amigo de longa data de José do Patrocínio.

Na primeira de suas cartas, Vasques defendeu o argumento de que a atitude tomada por Floriano em relação aos dois jornalistas fora assaz severa, sem contar que incompreensível, já que o governo os punia

Por serem republicanos! Parece incrível, porém, esta é a verdade. Que fizeram eles? Oposição a todo transe ao governo de V. Exa? Isto constituiria um crime? Não, por certo. O governo sem oposição não é um governo Imagine, agora, V. Exa. o que seria se a conspiração de 14 de novembro de 1889 tivesse falhado. Onde estariam todos aqueles que concorreram para a queda do Império? Banidos, desterrados ou...? Não! A grande alma do Império Brasileiro não guardava ódios nem vinganças: o perdão não se faria esperar! Quem escreve estas linhas é um monarquista da gema, e deve até parecer original vir ele em defesa de republicanos. Que quer V. Exa? O mundo é assim mesmo!<sup>9</sup>

As palavras de Vasques evidenciam como o advento da república assistiu ao embate entre opiniões e soluções políticas complementares ou antagônicas sobre o novo regime, e como os contemporâneos aventaram diferentes formas de conceber uma nova

organização da nação. Os grupos dominantes, que disputaram o poder a partir de 1889, tinham diferentes concepções sobre a república a ser implantada, e diferentes expectativas sobre seu destino político. Tal diversidade, contudo, não contava com a tolerância de Floriano Peixoto, sendo para isto que Vasques chamava a atenção ao alertá-lo para o fato de que “governo sem oposição não é governo” e ao compará-lo com Pedro II, a “grande alma do Império Brasileiro [que] não guardava ódios”. Ao assim se posicionar, Vasques explicitava sua adesão a uma noção, que começara a ganhar corpo desde que os primeiros sinais de decepção com a república começaram a ser sentidos, noção esta construída pelos destituídos do poder, que procuraram idealizar uma certa imagem da monarquia e do imperador. Nela, não apenas a monarquia passava a ser vista como um regime em que reinaram os instintos pacíficos e conciliadores, assim como Pedro II era revestido de uma imagem de mártir, imagem que ele próprio contribuiu para alimentar uma vez que, desde que foi banido do Brasil passou a viver de favores de amigos.<sup>10</sup>

Na imagem construída por Vasques, a figura do imperador aparecia revestida de uma virtude adicional – a da tolerância à oposição -, sendo ela que o levava a não guardar “ódios nem vinganças”. E era desta tolerância que Vasques demonstrava ser também um portador, vindo a público advogar por dois republicanos, logo ele um “monarquista da gema”, sendo também em nome estes valores, que deveriam estar acima das paixões humanas, que convidava Floriano a agir.

A intolerância à oposição, contudo, não era o único pecado do governo republicano para o Vasques. Na sua segunda ele argumentaria que uma outra fonte de tensões era a precipitação dos republicanos, sendo ela que “matara o 15 de novembro”. Tal precipitação, na sua visão, fizera com que o novo regime desconsiderasse os caminhos da legalidade, muito embora tivessem sido eles que conduziram os militares ao

poder. Sendo assim, Vasques exortava o presidente a retomar o caminho do qual se afastara:

O seu proceder correto de soldado como tem sido até hoje deve ter sentido o enorme peso da pena imposta aos desterrados que, se cometeram um desvario, não são por certos réus de alta traição! (...)  
O dia 13 de maio foi o alicerce do edifício que hoje se chama república e os operários dessa obra, aqueles que mais trabalharam para isto, estão privados, longe do coração da pátria, de sentir o seu pulsar entusiástico neste grande dia.  
Vamos, general, ainda uma vez, um pouco de boa vontade. O dia 13 de maio é a confraternização de todos os brasileiros (...) Vinde! Liberdade! Igualdade! Fraternidade!<sup>11</sup>

Mais uma vez Vasques comparava a república à monarquia, e ao associar as palavras de ordem da Revolução Francesa ao 13 de maio de 1888 sugeria que alguma coisa andava fora dos trilhos numa república que não garantia a liberdade dos seus cidadãos, enquanto o império fora capaz de libertar centenas de indivíduos mantidos em cativeiro. Ao elaborar tal movimento, Vasques só deixava ao “cidadão” Floriano uma saída: promover os princípios pelos quais os “operários” da república haviam combatido, começando por anistiar os desterrados de Cucuí. Como se vê, foram a defesa da legalidade e a exortação ao respeito às diferenças políticas e partidárias as causas advogadas por Vasques na imprensa.

No dia 10 de junho subiria à cena no teatro Apolo, empresariado por Jacinto Heller, uma cena cômica de autoria do Vasques, a que ele deu o sugestivo título **Legalidade e Ditadura**. Nela, Vasques procurou elaborar uma crítica mais abrangente ao governo republicano tomando a política do encilhamento como fonte de inspiração para sua dramaturgia. Logo nos versos iniciais da referida peça, este dramaturgo declarava, assim como fizera em suas cartas, procurar dizer sempre a verdade, já que “ama[va] a legalidade e odia[va] a ditadura”, e “sapecava” as seguintes estrofes: “Um doutor em medicina/ Que corre toda a cidade/Curando ricos e pobres.../Sim senhor! Legalidade! Porém doutor que só trata/Dos que pagam a cura/Sem se importar com a pobreza.../Passa fora! É ditadura! (...)Padre que dá bons conselhos/Respeitando a caridade,/Sempre bom e generoso.../Sim senhor! Legalidade!/Mas aqueles que das missas/Faz um comércio de usura,/Pedindo trinta mil réis,/Passa fora! É ditadura!”<sup>12</sup>

Creio não ser necessário repetir aqui uma história bem conhecida, da qual a peça do Vasques nos dá conta, que foi a da febre especulativa que acometeu os primeiros anos da república. Se tal situação remontava ao período monárquico, quando o governo imperial começou a emitir dinheiro de maneira desordenada, não se pode esquecer que tal medida foi levada às últimas conseqüências pela república. De tal forma a situação agravou-se que, segundo José Murilo de Carvalho, “por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo o custo com o dinheiro da especulação”.<sup>13</sup>

As conseqüências de tal política foram sentidas em diferentes setores. Os costumes e valores também foram atingidos, sendo para esta questão que Vasques chamava a atenção em sua cena cômica. No clima de “salve-se quem puder” que se instaurara, e na busca desenfreada pelo enriquecimento, certos valores morais vinham sendo cada vez mais esquecidos. Ou seja, jogando com as palavras legalidade e ditadura, Vasques mais uma vez condenava o regime republicano.

No dia 5 de agosto de 1892, após muitos pedidos negados, a anistia aos desterrados do Cucuí foi aprovada. Um ano depois estouraria a revolta da Armada, chefiada por Custódio de Mello, e nova perseguição seria feita à imprensa e aos jornalistas, dentre eles, Olavo Bilac, José do Patrocínio, Guimarães Passos e Pardal Mallet. A maior parte destes jornalistas fugiria da capital temendo nova prisão. Antes disso ocorrer, nos primeiros dias da revolta, o jornal **Cidade do Rio**, tendo à frente Bilac, Mallet e Murat, publicou o manifesto custodista. A edição do jornal foi apreendida, e suas atividades suspensas. Nesta ocasião, Vasques já não mais engrossaria as fileiras de oposição ao governo republicano, pois viera a falecer em dezembro de 1892. Sua atuação política nos primeiros meses de 1892, de qualquer forma, é exemplar do fato de que militância política, laços de amizade e atividades jornalísticas e artísticas não eram

excludentes, e representavam múltiplas dimensões da vida de atores políticos que interagiam no interior de suas experiências nos difíceis anos iniciais da república.

Por outro lado, não demoraria muito para que fosse tomando corpo, entre as elites civis, um consenso de que os militares deveriam retornar às suas funções profissionais, afastando-se da política. Em de maio de 1894 seria eleito um civil para a presidência. Floriano Peixoto demonstrou sua contrariedade em relação a este fato não comparecendo à posse do novo presidente. Segundo as crônicas da época, preferiu ficar em casa cuidando de suas rosas. Se Vasques estivesse vivo para assistir a isso talvez tivesse dito: “O mundo é assim mesmo!”

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

<sup>2</sup> **Cidade do Rio**, 30 de abril de 1892. Esta carta foi também publicada no **Jornal do Brasil** de 1 de maio de 1892.

<sup>3</sup> Esta série de folhetins, tratando de assuntos diversos, foi publicada, sem regularidade semanal, de 18 de outubro de 1883 a 17 de abril de 1892 e recebeu o título de **Scenas Comicas**.

<sup>4</sup> **Cidade do Rio**, 7 de maio de 1892. Em um artigo d’**A Semana**, de 24 de abril de 1892, Machado de Assis fez uma crítica à maré de mudanças que foi instituída com o advento da república, descrevendo com humor as transformações que o novo regime estava realizando, dentre elas a adoção de todo um vocabulário no qual a palavra “cidadão” passou a ser amplamente utilizada.

<sup>5</sup> Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, **Os Subversivos da República**, São Paulo, Brasiliense, 1986

<sup>6</sup> Vasques referia-se, aqui, à lei Saraiva, de 1881, que proibiu o voto do analfabeto e aumentou o censo mínimo para 400\$000, reduzindo drasticamente o número de eleitores, e à manutenção do critério da alfabetização mantido pela Constituição de 1891, bem como ao fato de que no dia seguinte da promulgação desta última, foi realizada a eleição presidencial indireta, na qual votaram apenas os membros da Assembléia Constituinte.

<sup>7</sup> Todas as informações referentes a este período baseiam-se em CARVALHO, José Murilo de, **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 e **A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; SILVA, Ana Carolina Feracin da, “Entre a pena e espada. Literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do jornal O Combate (1892)” in **Cadernos AEL**, v.9, n. 16/17, 2002 e PENNA, Lincoln de A, **O progresso da ordem**, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1997.

<sup>8</sup> Ver PEREIRA, Leonardo (org.), **Bilhetes Postais. Coelho Neto**, Campinas, Mercado das Letras, 2002, p.14

<sup>9</sup> **Cidade do Rio**, 1 de maio de 1892

<sup>10</sup> Ver SCHWARCZ, Lilia M., **As Barbas do Imperador**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000

<sup>11</sup> **Cidade do Rio**, 7 de maio de 1892

<sup>12</sup> APUD FERREIRA, Procópio, **O ator Vasques**, Rio de Janeiro, INL, 1979, p. 394

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo, **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**, obra citada.